

Contributos para a história do ensino técnico-profissional em Peniche

Miguel Dias Santos¹

1. Introdução

O ensino técnico-profissional tem a sua génese, em Portugal, na dinâmica burguesa de Oitocentos e encontra-se vinculado a um certo modelo industrialista de desenvolvimento económico. Depois de um primeiro impulso, protagonizado pelo governo setembrista, no quadro da reforma dos liceus, em 1836, e da criação das escolas politécnicas de Lisboa e Porto (1837), o ensino técnico teria grande expansão no contexto da regeneração. O modelo de desenvolvimento protagonizado por Fontes Pereira de Melo estribava-se na existência de um mercado nacional, factor que tornou inadiável uma política consistente de progresso dos transportes e das comunicações. Foi neste período que se admitiu em Portugal o comboio, o telégrafo, o telefone e se impulsionou a introdução da energia a vapor. Tais inovações tecnológicas, indispensáveis ao crescimento da indústria nacional, operavam-se sob o signo de glorificação da técnica e da máquina e exigiam, *ipso facto*, técnicos e operários especializados.

O discurso de estadistas e intelectuais da segunda metade do século XIX plasmou a convicção geral de que o progresso material e a riqueza de um país eram indissociáveis da instrução da sua população, numa época em que a ideologia liberal dominante intimava o Estado a promover a alfabetização. Numa lógica nacional, só o Estado tinha

¹ Professor na Escola Secundária de Peniche e investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

condições para edificar uma rede de escolas que respondesse aos desafios da modernização tecnológica e ao mesmo tempo instituísse os rudimentos de instrução necessários à criação de uma nova dinâmica social e económica.

A primeira legislação sobre ensino industrial data de 1852, traçando as bases programáticas das primeiras escolas técnicas. Seguiu-se o decreto de 20 de Dezembro de 1861, da autoria de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que procurou aprofundar e alargar o pensamento da lei anterior, que não tinha passado do papel. Seria necessário esperar pela década de 80, com a portaria de 6 de Maio de 1884, da autoria de António Augusto de Aguiar, para se emprestar o impulso necessário ao desenvolvimento efectivo do ensino técnico. O *Regulamento geral das escolas industriais e escolas de desenho industrial* dividia geograficamente a rede escolar em duas grandes circunscrições, Norte e Sul, que ficavam sob a alçada de dois inspectores nomeados pelo governo. Em dois anos foram criadas quatro escolas de desenho industrial na circunscrição do Norte e sete na circunscrição do Sul, e foi fundada uma escola industrial².

O estudo de casos específicos, como o da introdução e desenvolvimento do ensino técnico em Peniche, visa em primeiro lugar compreender o lugar das periferias na política global de educação e formação, testando-se também a validade das proposições que estabelecem uma correlação entre desenvolvimento económico e a existência de ensino técnico. E a comprovar-se tal premissa, qual o papel da dinâmica económica na criação e expansão da rede de escolas técnicas? O eixo nodal desta investigação, prenunciada para um quadro comemorativo específico, devia confiná-la à reforma de 1948 e seus avatares, mas a inexistência de estudos sobre a origem e evolução do ensino técnico em Peniche, para além de alguns textos esparsos sem valor historiográfico, obrigou-nos a alargar o período cronológico e recuar até à sua génese.

² Sobre a expansão do ensino técnico neste período, leia-se GRÁCIO, Sérgio – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910-1940*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, cap. 3.

2. Antecedentes: sob o signo das indústrias tradicionais

A escola de desenho industrial de Peniche foi criada por Carta de Lei de 30-06-1887, no quadro da reforma de Emídio Navarro. O recente titular da pasta das Obras Públicas edificou novas escolas e ampliou as já existentes, recrutou pessoal docente no estrangeiro e mandou construir edifícios adequados ao ensino técnico³. A sua reforma do ensino, introduzida pelo *Regulamento das Escolas Industriaes e de Desenho Industrial*, de 1888, estabelecia como objectivo das escolas de desenho industrial «ministrar o ensino do desenho com aplicação à indústria ou indústrias predominantes na localidade onde se acharem estabelecidas»⁴. Apesar de originalmente visar a formação de operários para a indústria moderna, parte do ensino técnico-profissional ficou, afinal, refém das indústrias tradicionais já instaladas. Foi o caso de Peniche, vila marcada pelo predomínio de duas «indústrias» tradicionais: a pesca e as rendadeiras. Em 1865, a pesca empregava cerca de 850 pescadores e operários de armação, numa indústria caracterizada por práticas tradicionais de pesca, utilizando embarcações a remos ou à vela, onde o vapor teimava pois em atrasar-se⁵ e o mar permanecia a principal via de comunicação a ligar Peniche ao resto do país⁶.

A indústria de rendas de Peniche, que tem origem provável no século XVII ou XVIII⁷, ocupava essencialmente as mulheres, que vislumbravam nessa actividade uma forma de acrescentar estipêndios ao magro pecúlio das pescas. Uma fonte importante na história local, da autoria de Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, é relevante para compreender a importância das rendas em Peniche, actividade que ocupava então cerca de dois terços da população feminina, para além dos rendeiros, dos vendedores

³ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira – *ob. Cit.*, p. 100.

⁴ *Regulamento das Escolas Industriaes e de Desenho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 5.

⁵ Leia-se FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho – *A Indústria de Peniche*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Segundo este autor, existiam em Peniche 144 barcos de transporte e pesca, identificando 9 barcos de transporte (caiaques e bateiras que faziam a ligação entre Peniche e outros portos do país), 53 batéis de duas velas e 82 batéis de uma vela.

⁶ Ao chegar a Peniche, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, primeira directora, escreveu a Fonseca Benavides: «Participo a V. Ex.^a que aqui estou em Peniche assistindo ao desencaixamento dos objectos pertencentes à escola, não vim tarde porque quando aqui cheguei estava ainda quase tudo a bordo, a barca demorou-se mais do que se esperava e quando chegou não havia quem descarregasse, uns estavam nas vindimas, outros na pesca!!». IAN/TT, MOPCI, Correspondência da Escola de Desenho Industrial de Peniche, ofício n.º 59, de 16-08-1887.

⁷ Sobre o assunto, leia-se CALADO, Mariano – *História da Renda de Bilros de Peniche*. Peniche: Edição do Autor, 2003.

e das picadeiras⁸. A aprendizagem do ofício rendeiro começava aos 4 anos, quando as crianças do sexo feminino eram enviadas para escolas particulares. Em 1865 havia oito «escolas» que ministravam a arte de rendeira, mas, segundo Pedro Cervantes Figueira, acabavam todas por ensinar a «ler e a rezar»⁹.

A qualidade do ensino técnico ministrado nestas «escolas» não atingia por certo os padrões desejáveis. Se as rendas de Peniche granjeavam já fama nacional e participavam em certames internacionais, – como a exposições de Londres de 1851, Paris em 1855 e Porto em 1857 e 1861 – também é verdade que os trabalho expostos revelavam as imperfeições das picadeiras, que eram «mulheres que fazem o cartão e o pintam de cor de açafão, riscam o desenho e picam ou perfuram os piques ou moldes das rendas». Segundo Pedro Cervantes Figueira, este trabalho era mal executado, «havendo pouco gosto e menos variedade nos desenhos que, pela maior parte, são copiados à vidraça»¹⁰. Mais tarde, também Ramalho Ortigão, que ocupara o lugar de inspector das escolas industriais da circunscrição do Sul, entre 1891 e 1892, haveria de lamentar que as rendeiras de Peniche revelassem uma «profunda ignorância artística! [...] Nem em Vila do Conde nem em Peniche encontrámos uma só operária, que soubesse desenhar»¹¹.

O primeiro inspector da circunscrição Sul, Francisco Benavides, expôs as razões que ditaram a criação de uma escola de desenho industrial em Peniche: por um lado, e apesar da «beleza e perfeição» das rendas, a indústria estaria em decadência devido à «falta de desenvolvimento e variedade de produtos» e, por outro, sentia-se a necessidade de ultrapassar a situação de dependência das operárias face aos rendeiros¹², facto que já Pedro Cervantes Figueira registara na década de sessenta¹³. O estímulo à actividade industrial de Peniche dentro de certos padrões de qualidade e a protecção às operárias de rendas suscitaram a criação de uma escola de desenho industrial.

⁸ Utilizando o censo de 1862 (?), este autor refere que das 1443 mulheres que viviam em Peniche, 962 dedicavam-se às rendas. Cf. FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho – *ob. Cit.*, p. 8.

⁹ Cf. *Idem, Ibidem*.

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 9-10.

¹¹ Citado por CALADO, Mariano – *ob. Cit.*, p. 141.

¹² BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição sul. Anos lectivos de 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 33.

¹³ Cf. *ob. Cit.*, p. 9-10.

A instituição, que uma portaria de 23 de Abril de 1888 baptizou de «Escola Rainha D. Maria Pia», por iniciativa de Fonseca Benavides¹⁴, era uma escola de desenho elementar, disciplina que era então ministrada a «crianças de seis a doze anos e aos adultos que desejem preparar-se para a matrícula do desenho industrial»¹⁵. Nas concepções da época, o desenho era o ponto de partida para o desenvolvimento do ensino industrial e para emprestar um rudimento de formação básica aos operários já no activo. A escola começou por ministrar as disciplinas de desenho elementar e desenho industrial (ramo ornamental), para rapazes e raparigas, e abriu com 58 alunos, incluindo 13 rapazes (estudantes) e 45 raparigas, muitas aprendizas, a maioria já com experiência profissional ao serviço dos rendeiros¹⁶.

Mais tarde, com a reforma de 1892, a instituição passou a ministrar os cursos de desenho industrial elementar (3 anos), de costureira (5 anos) e rendeira (5 anos)¹⁷. As reformas subsequentes, como a de 1897 (Decreto de 14-12), da autoria de Augusto João da Cunha, e a de 1901 (Decreto de 24-12), de Manuel Francisco de Vargas, não alteraram a sua matriz essencial de escola de desenho industrial nem a sua estrutura curricular, apesar de reduzirem a duração dos cursos. O curso de desenho industrial dividia-se agora em desenho elementar (2 anos) para aprendizes e desenho profissional (ramo ornamental e modelação) para operários (3 anos). Quanto às oficinas, de frequência limitada a alunas ordinárias (operárias e aprendizes), começava normalmente no 2.º ano do curso de desenho elementar, confinando-se a duas áreas profissionais: rendas e costura. Na reforma de 1901, os cursos de Rendeira e Costureira foram substituídos pelo *Curso Especial de Liores Femininos*, que se limitava afinal a consagrar a importância da indústria das rendas e estabelecia a sua vocação para escola de ensino profissional feminino¹⁸. O «horário» elaborado para o ano lectivo de 1894-1895 revela o desenho curricular da instituição:

¹⁴ Arquivo da Escola Secundária de Peniche (AESP), officio n.º 1530, de 22-04-1888.

¹⁵ *Regulamento das Escolas Industriaes e de Desenho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 5.

¹⁶ BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *ob. Cit.* p. 63.

¹⁷ Cf. *Escola Industrial D. Maria Pia. Programma Provisório*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

¹⁸ Cf. Decreto de Manuel Francisco de Vargas, de 24-12-1901.

Quadro 1: Escola Rainha D. Maria Pia – Horário para o ano lectivo de 1894/1895

Formação Geral				
Anos	Disciplinas/cursos	N.º de Horas	Regime	Professora e Mestras
1.º	Desenho Elementar	2,5	Diurno	Etelvina da Assunção
2.º	Desenho Elementar	4	Diurno	Etelvina da Assunção
	Desenho Geral (II)	4,5	Diurno	Etelvina da Assunção
	Desenho Ornamental (I)	4,5	Diurno	Etelvina da Assunção
Cursos Industriais (formação técnica)				
1.º	Trabalhos Manuais	4	Diurno	Elisa Paninho
2.º	Trabalhos Manuais	5	Diurno	Elisa Paninho
1.º	Costura e Corte	4	Diurno	Elisa Paninho
2.º	Costura e Corte	4	Diurno	Elisa Paninho
1.º	Rendas	4	Diurno	Benvinda Fernandes
2.º	Rendas	4	Diurno	Benvinda Fernandes
1.º	Bordados	4	Diurno	Elisa Paninho
2.º	Bordados	4	Diurno	Elisa Paninho
	Desenho Ornamental (I)	4,5	Nocturno	Etelvina da Assunção

Fonte: AESP, Documento com o título «Horário Escola Industrial Rainha D. Maria Pia», de 3 de Novembro de 1894.

Do quadro exposto parece evidente que o projecto de formação da escola de Peniche não se limitou às tradicionais rendas. Nele se incluíam também os cursos de Bordados e Costura e Corte, que viriam a integrar os chamados «lavoros femininos». Na verdade, a expansão do ensino feminino era uma exigência que alguns espíritos mais arejados, como Ramalho Ortigão, faziam já na década de 70, prescrevendo a instituição de cursos de formação que libertassem a mão-de-obra feminina do jugo masculino¹⁹. As concepções burguesas sobre a mulher valorizavam o seu papel na família, na maternidade e nos afectos, reforçando a estabilidade e o equilíbrio da sociedade através da educação das crianças. Se a industrialização foi acompanhada da feminização de algumas indústrias, como o têxtil, no essencial significou a «escolarização do doméstico», em que os saberes domésticos se transformavam em saberes escolares²⁰. Essa realidade é particularmente visível no currículo da escola Rainha D. Maria Pia, onde predominam os labores femininos, uma formação exclusivamente técnica que dispensava então quaisquer rudimentos de formação geral, de simples leitura ou aritmética. Como conclui com acerto Maria Teresa Valente,

¹⁹ Cf. ORTIGÃO, Ramalho – *Farpas Escolhidas*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia, 1991, p. 233 e ss.

²⁰ PINTO, Maria Teresa Valente – *O Ensino Técnico Industrial Feminino em Finais do Século XIX: A Escola Damião de Goes em Alenquer*. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 1998, p. 11-19.

«a sua educação decorre de uma função social e não do seu direito individual à educação»²¹.

Para ministrar os três cursos, a escola contava então com um corpo docente modesto, constituído pela professora de desenho, que acumulava também com o cargo de directora ou responsável, com uma mestra de rendaria e uma mestra de costura e corte, coadjuvadas por uma operária rendeira²². Neste período, a escola contou com três directores: Maria Augusta Bordalo Pinheiro (1887-1891), Francisco Gil (1891-1892) e Etelvina Augusta da Paz Assunção (1892-1925).

Entre as novidades deste ensino industrial conta-se a instituição das oficinas, pelo seu carácter essencialmente técnico e experimental. A oficina de rendas de Peniche foi inaugurada antes da escola, a 17 de Setembro de 1887, mas só estaria em funcionamento pleno a 6 de Outubro²³, com 15 operárias. Ao longo dos primeiros anos, as oficinas da escola Rainha D. Maria Pia, que incluíam os cursos de Rendas e Costura – e até à reforma de 1897 o curso de Bordadeira – tiveram uma frequência superior às demais escolas da circunscrição do Sul, contribuindo para o sucesso desta instituição escolar²⁴. No caso de Peniche, o ensino das rendas beneficiou de uma inovação metodológica imposta pela sua primeira directora, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que adoptou na oficina da escola «o sistema da divisão do trabalho, de que tenho tirado muito resultado, sendo em geral as melhores rendas feitas em pequenas partes e por diversas operárias, bocados que depois se unem e façam uma peça grande, seguindo as melhores rendas estrangeiras feitas pelo mesmo sistema»²⁵. Maria Augusta, portadora de elevada sensibilidade estética desenvolvida no cadinho familiar, teria sido incumbida de uma missão reformadora ao nível da concepção e do estilo, renovando uma actividade artesanal ameaçada pela industrialização e aperfeiçoando a produção manufactureira, fito que forçou uma gramática renovada e a utilização de fios mais finos²⁶. Na verdade, de França chegavam modelos e manuais de rendas que permitiram a regeneração desta indústria, como comprovam as

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 19.

²² AESP, of.º n.º 4009, de 6-01-1893.

²³ IAN/TT, MOPCI, NP 1381, Correspondência da Escola de Desenho Industrial de Peniche, of.º n.º 60, de 11-10-1887.

²⁴ Vejam-se dados estatísticos in GOMES, Joaquim Ferreira – *ob. Cit.*, p. 133 e ss. Vide Quadro 2.

²⁵ IAN/TT, MOPCI, NP 1381, Correspondência da Escola de Desenho Industrial de Peniche, of.º n.º 86, de 16-05-1888.

²⁶ Cf. *Rendas Portuguesas*. Lisboa: Museu Nacional do Traje, 1980, p. 4.

referências encomiásticas que muitos empresários faziam aos novos padrões²⁷. Ou o sucesso da participação penichense na Exposição Industrial de Lisboa, em 1888²⁸, e o prémio conquistado na Exposição Universal de Paris, em 1889, onde recebeu a medalha de ouro²⁹.

A população estudantil, dividida entre os cursos diurnos e o curso nocturno, de desenho ornamental, incluía os aprendizes com mais de sete anos e ainda operários e alunos voluntários que exerciam já uma profissão e careciam de aprofundar a sua formação em regime de aperfeiçoamento. Entre as profissões identificadas no ano lectivo de 1888-1889, contavam-se 44 rendeiras, 5 alfaiates, 4 carpinteiros, 3 serralheiros e 2 barbeiros³⁰. Mas tirando algumas excepções, com alunos de idades compreendidas entre os 10 e os 39 anos, a escola era frequentada maioritariamente por crianças e jovens aprendizes com idades entendidas entre os 7 e os 10 anos, muitos já a carregar o peso de uma profissão³¹. Estes dados parecem comprovar o incumprimento da lei, que estabelecia como critério de admissão à escola técnica a aprovação em exame de instrução primária. Na maioria dos casos, aplicava-se talvez a alternativa, sendo os alunos integrados após a realização de um exame de admissão realizado na instituição³². Isto significa que o ensino técnico traduzia uma alternativa ao ensino primário, que não era obrigatório, num concelho que apresentava, em 1890, uma taxa de analfabetismo de 74,7%, inferior por isso à média nacional (79,2%) e muito distante da média distrital (86,8%)³³. Ao longo dos anos, até ao estertor da monarquia constitucional, a frequência do ensino na escola Rainha D. Maria Pia assumiu feição essencialmente feminina, comprovando-se a projecção avocada pela sua indústria tradicional de rendas. O valor residual da frequência masculina, visível no Quadro 2, parece resultar das limitações da economia local, impermeável a qualquer foco de industrialização, por mais ténue que fosse.

²⁷ AESP, of.º n.º 4099, de 20-04-1893.

²⁸ BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *ob. Cit.*, p. 37-38.

²⁹ BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição sul. Ano lectivo de 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 22.

³⁰ *Ibidem*, p. 62. A lista incluía ainda calafates (2), pedreiros (2), albardeiros (1), comerciantes (1), pintores (1), sapateiros (1), tanoeiros (1), telegrafistas (1) e outras profissões (13).

³¹ Cf. INE, *Anuário Estatístico de 1906-1907*.

³² Cf. Decreto de Augusto João da Cunha, de 14-12-1897

³³ Cf. INE, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*.

Quadro 2 – Alunos matriculados entre 1887 e 1910

Período	Número de Alunos	M	F	Oficina (F)	Total de Alunos Cursos + Oficinas
1887-1890	225	80	145	164	389
1891-1900	707	170	537	468	1175
1901-1910	696	96	600	884	1580
Total	1628	346	1282	1516	3144

Fontes: INE, Anuários estatísticos de 1887 a 1910; Francisco Fonseca Benavides, *ob. cit.*

A República acentuou esta dominante feminina e vinculou de forma irrevogável a instituição educativa de Peniche à indústria de rendas. A reforma de João de Azevedo Neves, introduzida pelo quadro normativo do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, e continuada em 1919 num governo de maioria democrática, se reforçava o papel das escolas técnicas no desenvolvimento da indústria moderna, não deixava de se preocupar com o «ressurgimento das artes e das indústrias tradicionais». Para esse efeito, criaram-se as escolas de artes e ofícios, a maioria por transformação das escolas de desenho industrial existentes, destinadas a ministrar «o ensino industrial elementar» a operários e aprendizes de todas as idades. As novas escolas de artes e ofícios podiam ser criadas por solicitação dos empresários ou associações locais, naquilo que seria um primeiro esforço para envolver o patronato no ensino técnico. O ensino das escolas de desenho industrial estava dividido em cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento e a estrutura curricular e respectivos programas deviam ser estabelecidos num quadro de autonomia, «segundo as localidades onde forem estabelecidas a arte ou o ofício a que se destinarem»³⁴.

A observação dos dados de frequência do ensino técnico em Peniche, no transcurso da república, revela nos primeiros anos a mesma vitalidade que no período finissecular, incluindo as oficinas de rendas e de costura, que contaram com 798 matrículas (vd. Quadro 3). É no contexto da reforma de 1918-1919 que a frequência escolar diminui drasticamente, mesmo considerando que nos faltam dados estatísticos sobre a frequência das oficinas. No próprio ano lectivo da reforma, as matrículas das oficinas contavam apenas com 23 inscrições, quando no ano anterior tinham registado 92 matrículas. Os dados estatísticos globais disponíveis para a década de vinte

³⁴ Regulamento das Escolas de Artes e Ofícios. In: *Manual de Legislação para as Escolas Técnicas Elementares*. Porto: 1926, p. 351-352.

desvendam uma tendência oposta àquela que se verificava em registos nacionais, já que ao longo deste período o país inscreveu um crescimento assinalável na frequência do ensino técnico, tendo crescido mais do que o ensino liceal³⁵. Como explicar esta tendência?

Quadro 3 – Alunos matriculados entre 1910 e 1930

Período	Número de Alunos	M	F	Oficina (F)	Total de Alunos Cursos + Oficinas
1910-1919*	550	39	450	798	1348
1919-1930**	192	-	192	-	-
Total	742	39	642	798	1540

Fontes: INE, Anuários estatísticos de 1919 e 1927 a 1930; AESP, Documentos vários.

* Faltam os dados do ano lectivo 1913/1914.

** Faltam os dados dos anos entre 1923 e 1927.

Uma primeira explicação reside no projecto educativo definido para Peniche pela reforma de 1918-19. O quadro autonómico estabelecido para as artes e ofícios teve como consequência a transformação da escola de desenho industrial de Josefa de Óbidos – como ficou baptizada por portaria de 3 de Outubro de 1912³⁶ – numa escola exclusivamente feminina, com um projecto formativo centrado na sua indústria de rendas, de tradição bem enraizada. A conversão da escola industrial em escola de Artes e Ofícios (neste caso, de rendeiras) traduzia a importância dada pela república às artes populares e tradicionais, de quem se esperava que contribuíssem para a regeneração da pátria, «fazendo reflorir o amor pelo que é nosso e bem nosso» e assim «edificar um Portugal novo, um Portugal que represente no futuro um papel digno dos brilhantes feitos do nosso passado»³⁷. Como resultado desta opção da política educativa do regime, o projecto educativo da Escola ficou reduzido aos cursos de Rendeira e Costura, com uma estrutura curricular gizada pela professora responsável (a reforma de 1918 retirara às escolas de artes e ofícios o cargo de Directora) que se manteve fiel aos currículos antigos: desenho elementar (2 anos) e

³⁵ Cf. ALVES, Luís Alberto Marques – «Ensino Técnico. Uma filosofia específica para uma dinâmica diferente». In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2006, n.º 6, p. 67.

³⁶ Cf. *Manual de Legislação para as Escolas Técnicas Elementares*. Porto: 1926, p. 331.

³⁷ Citado por GRÁCIO, Sérgio – *ob. Cit.*, p. 54.

desenho ornamental (3 anos); oficina de Rendas e oficina de Costura, com a duração de quatro anos cada³⁸.

Fica portanto evidente que as escolas de artes e ofícios sofreram, perante tais opções políticas, uma espécie de despromoção quando comparadas com as escolas industriais, comerciais e as novas escolas preparatórias. Carreando em exclusivo uma dimensão formativa de especialização, de nível quase elementar, os projectos educativos das escolas de artes e ofícios, como o de Peniche, consubstanciaram, quando a nós, um recuo formativo. É que a sua formação cingia-se à disciplina de desenho, nuclear para a formação das operárias e das picadeiras, mas continuava a dispensar a formação geral. Enquanto isso, noutras paragens, o plano de estudos das escolas industriais e comerciais passava a oferecer disciplinas como Língua Pátria e Geografia e História, que contribuía para elevar os níveis de educação e formação da população estudantil da sua área geográfica.

Mas outra razão de natureza económica ajuda a explicar o declínio da frequência da Escola de Rendeiras Josefa de Óbidos na década de vinte. Essa decadência parece relacionar-se com o impetuoso ressurgimento da concorrência de oficinas de renda particulares, numa época em que as rendas de bilros recuperavam o interesse do mercado nacional e internacional³⁹. Esta concorrência poderá explicar as elevadas taxas de absentismo numa instituição que, entre 1915 e 1922, viu 54% das 305 alunas matriculadas perderem o ano por faltas⁴⁰. Tudo indica que os atractivos financeiros do sector rendeiro privado despovoaram a escola, que se viu mesmo na contingência de ter que encerrar portas⁴¹.

Esta concorrência entre o público e o privado também pode explicar a animosidade dos empresários de rendaria de Peniche para com a sua escola. Não foi sequer possível formar uma «comissão de aperfeiçoamento de ensino», como prescrevia a legislação reformadora, por ausência de «pessoas idóneas». A reforma, veiculando as ideias de António Arroio e Bernardino Machado, grandes conhecedores da situação do ensino técnico, pretendia envolver o patronato na organização dos projectos educativos,

³⁸ Cf. AESP, documento com o título «Escola de Rendeiras de Josefa de Óbidos, Ano Lectivo de 1919-1920», que continha o currículo e o programa das disciplinas. Era da autoria de Etelvina de Assunção, professora de desenho e responsável pela escola, e está datado de 8 de Dezembro de 1919.

³⁹ Cf. AESP, Documento de Etelvina da Assunção, de 1922; CALADO, Mariano – *ob. Cit.*, p. 182 e ss.

⁴⁰ AESP, Documento de Etelvina da Assunção, de 1922.

⁴¹ *Ibidem*.

vislumbrando aí a solução para a falta de procura sentida por muitas escolas no país. No plano pedagógico, previa-se a conversão de cada escola de artes e ofícios numa unidade pedagógica distinta, adaptada às realidades económicas e às carências formativas locais⁴². Parece evidente que a concorrência dos industriais de Peniche impediu as relações entre a escola e a comunidade local. A instituição, na expressão da sua professora responsável, não tinha «relações com entidades a quem interesse esta Escola»⁴³.

A década de vinte assistiu portanto a um período de decadência da Escola de Rendeiras Josefa de Óbidos, situação confirmada no ano lectivo 1927-28, quando não chegou a abrir portas devido a insuperáveis carências do corpo docente⁴⁴. No ano de 1928, o novo responsável da escola (desde 1925), Vergílio da Luz Amaral, informou a tutela da necessidade imperiosa de alargar o período estabelecido para matrículas, já que a instituição dispunha apenas de 32 inscrições⁴⁵. Perspectivadas algumas das transformações, parece-nos evidente que a reforma de 1918 não constituiu um progresso no projecto formativo de Peniche. Bem pelo contrário. A admissão aos cursos de aprendizagem exigia apenas que as candidatas soubessem ler e escrever e «conhecimento das quatro operações», enquanto os cursos de aperfeiçoamento podiam ser ministrados a candidatas «analfabetas».

Apesar de posteriormente se ter corrigido a situação com um diploma que exigia o ensino primário como habilitação para admissão à escola, na prática, a estrutura curricular da Escola de Peniche significava um recuo no papel de escolarização da sua população. Com efeito, a dinâmica económica ínsita à indústria de rendas seduzia as famílias que colocavam as crianças no mercado de trabalho a partir dos sete anos de idade, fosse nas oficinas ou mesmo em casa, onde trabalhavam sem quaisquer condições higiénicas⁴⁶. A instituição lutava contra o elevado estipêndio pago pelas oficinas privadas às rendeiras profissionais, facto que tornava parco o incentivo ou subsídio dado pelo Estado às alunas que frequentassem a escola⁴⁷. Mas ao contrário das oficinas privadas, que ambicionavam apenas o lucro imediato, a Escola tinha como

⁴² Cf. GRÁCIO, Sérgio – *ob. Cit.*, p. 56.

⁴³ AESP, Documento de Etelvina da Assunção, de 1922.

⁴⁴ INE, Anuário estatístico de 1927-1928.

⁴⁵ AESP, *Correspondência Expedida 1919 a 1930*, of.º de 6-11-1928.

⁴⁶ AESP, Documento de Etelvina da Assunção, de 1922.

⁴⁷ AESP, of.º de 10-05-1929.

missão salvaguardar a qualidade dos trabalhos produzidos e contribuir para a inovação desta arte tradicional. Devia assumir-se, na visão empenhada do seu director, como «baluarte de defesa contra a rotinice». Vejamos agora se a nova conjuntura política e ideológica manteve ou alterou significativamente a matriz formativa da Escola de Rendeiras Josefa de Óbidos.

3. O Estado Novo e a mudança de paradigma

A Ditadura Nacional e depois o Estado Novo não alteraram substancialmente, numa primeira fase, a política de ensino técnico que herdaram da república. A reforma de 1930-31, da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos, visou sobretudo responder ao crescimento da população escolar e à pressão da procura, pois o ensino técnico passou de 14 500 alunos em 1926 para 35 500 em 1942. No essencial, procurou aprofundar o seu carácter profissionalizante e criou algumas novas áreas, como o comércio, o vidro, a electricidade, a mecânica e a química⁴⁸. A reforma de 1930-31 reclassificou as escolas em industriais, comerciais e industriais-comerciais, buscando a uniformização possível, e transformou as escolas de artes e ofícios em escolas industriais «por se reconhecer que não era possível ministrar com rendimento o ensino profissional a analfabetos»⁴⁹.

Foi o que aconteceu em Peniche, cuja instituição passou a designar-se Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos. Mas apesar desta alteração genérica, na substância, o projecto formativo da escola não sofreu grandes modificações. Mantiveram-se os cursos tradicionais, embora mais extensos, de Rendeira (8 anos) e Costura (5 anos), com frequência exclusivamente feminina. O curso de Rendeira, a exemplo do que acontecia em Vila do Conde, possuía um currículo básico, que incluía as disciplinas de Desenho e Oficina prática. Quanto ao curso de Costura e Bordados, registava um currículo mais completo, com Português (3 anos), Matemática (2 anos), Desenho Geral (1.º ano), Desenho Profissional (4 anos) e Oficina⁵⁰, que só seria aplicado no final da década de trinta.

⁴⁸ ALVES, Luís Alberto Marques – art. Cit., p. 67.

⁴⁹ *Diário do Governo*, I Série, n.º 128, Decreto n.º 18420, de 4-06-1930.

⁵⁰ Cf. *Ensino Técnico. Organização do ensino técnico profissional (dec. n.º 2040, de 21 Outubro 1931)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, p. 97 e 124.

O curso de Rendeira de Peniche e Vila do Conde resultava de condicionalismos introduzidas pelo legislador, que os justificava com as especificidades da sua indústria tradicional. Com efeito, enquanto o acesso geral ao ensino técnico-profissional prescrevia como idade mínima os 12 anos e um exame de admissão do 2.º grau, as rendarias de Peniche e Vila do Conde conformavam-se com os 8 anos de idade, pois o «regime de aprendizagem assim o impõe»⁵¹. Só a partir do 5.º ano do curso se requeria o exame de 2.º grau. O corpo docente da escola ficaria então estabelecido com 1 professor e 2 mestres. Ao contrário do que acontecera na década anterior, a frequência do ensino técnico voltaria a registar números mais elevados, acompanhando de resto a tendência nacional:

Quadro 4 – Alunas matriculadas entre 19131 e 1948

Período	Número de Alunas
1931-1940	815
1940-1948*	753
Total	1568

Fontes: INE, Anuários estatísticos de 1931 a 1937; AESP, Livros de Matrículas.

* Faltam os dados de 1944-45

Ainda assim, e apesar dos números, é nossa convicção que a reforma de 1930-31 não significou também qualquer alteração de fundo na natureza e qualidade da oferta educativa. Em princípio, a evolução demográfica da vila poderia colocar alguma pressão sobre o Estado. Lembramos a propósito que, em 1890, a população do concelho se cifrava em 7 627 habitantes, em 1920 atingira os 12 591 e em 1930 os 16 237⁵². Em 1940, com a população a chegar aos 18 080 habitantes, havia 1 144 crianças a frequentar o ensino primário e, destas, 590 (51,5%) eram rapazes sem alternativas depois do ensino primário⁵³. Para se compreender as implicações desta realidade num concelho pobre, diga-se que dos 2 536 rapazes com idades entre os 7 e os 19 anos, apenas 23 (0,9%) frequentavam o ensino secundário numa escola fora do concelho⁵⁴. Numa perspectiva global de alfabetização, o concelho sofrera mesmo um retrocesso

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² INE, Censos da População de 1930.

⁵³ Os dados de 1942 são semelhantes: havia 1640 crianças a frequentar o ensino primário, sendo que, destas, 870 (53%) eram rapazes.

⁵⁴ Cf. INE, Censo de 1940.

face a 1890, quando apresentara uma taxa de analfabetismo de 74,7%: em 1930, a taxa elevava-se para 79, 2%, baixando de seguida, em 1940, para os 68%⁵⁵. Estes não eram aliás os únicos problemas do ensino técnico em Peniche, numa escola que revelava baixas taxas de conclusão: entre 1930 e 1937, apenas 9 alunas obtiveram um diploma de conclusão de curso⁵⁶.

A ausência de um projecto educativo mais alargado para a escola técnica de Peniche estaria nas preocupações da directora interina, Branca do Nascimento de Alarcão. Num parecer elaborado em 1935, a responsável expunha sem contemplanções que «tendo os empregados industriais e comerciais cursos técnicos das especialidades, mais aptos estarão para desempenhar os seus cargos, pois entram na vida mais habilitados»⁵⁷. Branca do Nascimento aferia mesmo uma relação directa entre a formação, o progresso económico e a qualidade de vida das populações. No seu parecer estabelecia também a convicção sobre a importância de incluir na estrutura curricular dos cursos uma componente prática de estágio profissional: «As escolas técnicas, fornecem conhecimentos que, com um pouco de prática nas oficinas particulares, tornariam os operários muito hábeis. Essa prática, seria feita como tirocínio durante um ano, numa oficina particular, sendo-lhe dada só depois a Carta de Curso»⁵⁸. Se este era o pensamento revelado por quem conhecia as realidades locais, as cúpulas do Estado Novo pareciam então divergir quanto ao papel do ensino técnico-profissional como instrumento de desenvolvimento⁵⁹.

A grande reforma do ensino técnico-profissional, com regime jurídico lavrado em 1948, começou a ser preparada em Julho de 1941, quando o ministro da educação nacional, Mário Figueiredo, criou a Comissão de Reforma do Ensino Técnico, presidida por António Carlos Proença de Figueiredo, director geral do Ensino Técnico. A reforma respondia ao crescimento da população estudantil e à excessiva pressão que se exercia sobre os liceus, mas inseria-se numa linha de qualificação de mão-de-obra que correspondesse às necessidades da indústria e do comércio. Tratava-se de formar operários qualificados para operar máquinas e sistemas complexos de produção. Por

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ INE, Anuários Estatísticos de 1930 a 1937.

⁵⁷ AESP, of. n.º 203, de 26-06-1935.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ ALVES, Luís Alberto Marques – art. Cit., p. 67.

outro lado, parece evidente que o regime carecia de conter as expectativas das classes populares dentro de determinados limites, gizando-se uma política educativa que garantisse a formação de quadros profissionais que constituíssem uma classe dirigente intermédia. Esta elite instituía um limite efectivo na ascensão das classes populares, mas constituía ao mesmo tempo uma necessidade real do tecido empresarial de estabelecer os quadros intermédios entre a elite dirigente e o operariado emergente⁶⁰.

A reforma de 1948 teve como consequências a reestruturação dos cursos em função da economia e a sua organização em diferentes graus: um primeiro grau incluía um ciclo preparatório de pré-aprendizagem, entre o ensino primário e o ensino técnico, com a duração de 2 anos; e um 2.º grau que abarcava os cursos industriais e comerciais de aprendizagem, «ministrados paralelamente com a iniciação profissional» (4 anos); os cursos industriais e comerciais de formação profissional, a ministrar em regime diurno de formação (3 ou 4 anos), e os cursos de especialização, de um ano. Eram cerca de 65 novos cursos de formação que procuravam responder aos novos desafios económicos do país mas cujos perfis e organização curricular «completam o modelo e os contornos escolares do processo de reprodução social dessas camadas populares»⁶¹.

A nova reforma do ensino técnico-profissional não pode desligar-se do projecto de fomento económico desenvolvido pelo Estado Novo no pós-guerra, um vasto e ambicioso projecto que aspirava a industrializar o país. Entre os investimentos a realizar, o 1.º Plano de Fomento (1953-1958) previa o desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias, portuárias, rodoviárias, hidroeléctricas e comunicações, modernizando a agricultura e a indústria e aprofundando o comércio com as colónias ultramarinas⁶². O projecto industrialista arquitectado pelo Estado Novo previa um forte investimento no ensino profissional, no pressuposto de que as exigências das

⁶⁰ Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico, Separata do Volume I de *Escolas Técnicas*, Boletim da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, Lisboa, 1947, p. 21-24.

⁶¹ PARDAL, Luís, VENTURA, Alexandre, DIAS, Carlos – *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. S. Paulo: 1999, p. 265.

⁶² Cf. RODRIGUES, Carlos Farinha - «Planos de Fomento». In ROSAS, Rosas e BRITO, J.M. Brandão de – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, vol. II, p. 739-742.

novas tecnologias não eram compatíveis com uma mão-de-obra sem a necessária preparação técnica⁶³.

O alcance da reforma de 1948 na escola técnica de Peniche foi, numa fase inicial, surpreendentemente limitado. A escola, então rebaptizada de Escola Industrial de Peniche, contemplava o novo Ciclo Preparatório, que não arrancou antes do ano lectivo de 1953 por falta de condições ao nível do edifício⁶⁴. Durante alguns anos manteve-se em funcionamento o plano de estudos consignado no decreto n.º 20 420, de 21 de Outubro de 1931, pois o curso de Costura e Bordados só entraria na reforma em 1955-56 – só no final desse ano encerrou o antigo plano de estudos – e o de rendadeiras no final de 1956-57, quando tinha apenas 1 aluna. No ano lectivo de 1959-60, o curso de Costura e Bordados do novo plano curricular seria também substituído pelo curso de Formação Feminina⁶⁵. Apesar de criado o Ciclo Preparatório, de frequência mista, Peniche continuava a não possuir ofertas formativas profissionalizantes para a sua população masculina, dando-lhe oportunidade de prosseguir os estudos. Isso mesmo haveria de reconhecer posteriormente Carlos Proença: «No actual regime, porém, se na escola de uma localidade é ministrado o ensino do ciclo preparatório a alunos dos dois sexos, muito dificilmente se justifica que seja facultada a sequência de estudos dessa mesma escola somente a alunos do sexo feminino»⁶⁶.

Para ultrapassar a situação foi necessária a intervenção da Câmara Municipal de Peniche, presidida então por uma figura próxima do regime, António da Conceição Bento, personalidade a quem a Escola Industrial e Comercial de Peniche muito ficaria a dever⁶⁷. Numa exposição dirigida ao ministro da educação, Fernando Pires de Lima, o edil solicitou que se atribuísse à instituição o Curso Complementar de Aprendizagem e Comércio, argumentando com «o número de habitantes do núcleo populacional servido pela Escola, a natureza das actividades económicas regionais, a função

⁶³ Cf. RODRIGUES, António Augusto Simões e MARTINHO, António Manuel Matoso – «O Ensino Técnico. Um difícil equilíbrio entre a filosofia educativa, o conservadorismo e a dinâmica económica». In: *Estudos do Século XX*, Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, n.º 8, p. 202.

⁶⁴ PROENÇA, Carlos – «A Escola Industrial e Comercial de Peniche». Lisboa: Separata do Boletim *Escolas Técnicas*, n.º 15, 1953, p. 7.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*. AESP, Livros de Matrículas.

⁶⁶ PROENÇA, Carlos – «A Escola Industrial e Comercial de Peniche». Lisboa: Separata do Boletim *Escolas Técnicas*, n.º 15, 1953, p. 7.

⁶⁷ Arquivo do Ministério da Educação, *Relatório do Director*, ano lectivo de 1954-55.

importante que nessas actividades desempenha a técnica de contas»⁶⁸. Para além desta justificação, os condicionalismos criados pelo edifício da rua Marquês de Pombal, ocupado desde 1916, e inadequados para a expansão das salas de aula e de salas experimentais, explicam a criação deste curso, dando conformidade ao parecer de Carlos Proença, publicado na sequência da exposição da Câmara Municipal de Peniche⁶⁹. O curso abriu no ano lectivo de 1952-53 com 44 alunos, que se juntaram aos 59 do curso de Rendeiras e 19 do curso de Costura e Bordados, num total de 122 alunos⁷⁰. O novo curso tinha a duração de quatro anos e funcionava em horário pós-laboral (das 18 às 20), apresentando como plano de estudos as disciplinas de Português, Francês, Geografia Geral e Económica, Noções de Comércio e de Legislação Aplicada, Religião e Moral, Caligrafia, Dactilografia, Aritmética Comercial, Escrituração Comercial, Formação Corporativa e Noções de Higiene.

A Escola Industria de Peniche oferecia assim o seu primeiro curso ao abrigo do Decreto de 25 de Agosto de 1948 sem poder ministrar o Ciclo Preparatório. Foi em parte para resolver esse paradoxo que a câmara municipal de Peniche resolveu adquirir um novo edifício, uma antiga fábrica de conservas, propriedade da empresa «La Paloma», onde se procedeu a obras de adaptação que se estenderam até meados de Fevereiro de 1955⁷¹. A inauguração do novo edifício escolar, realizada com pompa e circunstância a 1 de Dezembro de 1953⁷² contou com a presença das autoridades locais e distritais e do empenhado director do Ensino Técnico Profissional, Carlos Proença de Figueiredo. O director da escola, desde 1953, Alberto Marta Louro, louvou a doutrina económica do Estado Novo, lembrando que a «estruturação do ensino técnico» era a «base essencial da moderna actividade económica»: «É verdade axiomática, ser a técnica um dos principais factores do progresso económico»⁷³.

O novo edifício começou a albergar o Ciclo Preparatório no final do 1.º período deste ano de 1953, iniciando com 42 alunos (30 rapazes e 12 raparigas), e tendo como plano de estudos as disciplinas de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico-

⁶⁸ AESP, Cópia da Portaria n.º 14065, de 28-08-1952.

⁶⁹ PROENÇA, Carlos – «A Escola Industrial e Comercial de Peniche». Lisboa: Separata do Boletim *Escolas Técnicas*, n.º 15, 1953, p. 8.

⁷⁰ AESP, Pasta de Estatísticas de 1952-1953.

⁷¹ Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1954-55.

⁷² AESP, Of.º de 1-04-1954.

⁷³ O Mensageiro, 26-12-1953.

Naturais, Matemática, Desenho, Trabalhos Manuais, Religião e Moral, Educação Física e Canto Coral. O novo nível de ensino era a grande novidade na reforma de 1948. Com dois anos de duração, o curso tinha em vista preparar as crianças para o ensino técnico e conceder uma orientação profissional, objectivo que se consagrava através da disciplina de Trabalhos Manuais, que contemplava 6 horas semanais na carga lectiva global de cada ano. As orientações pedagógicas enviadas pelo ministério da educação às escolas confirmam tais asserções e a modernidade pedagógica deste projecto curricular: «O Ciclo Preparatório é uma escola de trabalho – trabalho em comum, do professor e do aluno. Os métodos a adoptar serão sempre os da pesquisa, da experimentação e do projecto»⁷⁴. Os alunos desenvolviam projectos e trabalhavam com diferentes materiais, como a madeira e o metal, aferindo-se assim a sua inclinação natural. Mas como bem observou Sérgio Grácio, notável era o peso curricular da sua formação geral, numa época em que a escolaridade obrigatória se confinava a três anos⁷⁵. Na verdade, a reforma de 1948 traduzia uma alteração na filosofia do ensino técnico, prescrevendo uma formação técnica que fosse acompanhada da educação intelectual, pois ao operário seriam úteis todos os conhecimentos que contribuíssem para a sua valorização pessoal e para o aperfeiçoamento das suas competências técnicas⁷⁶.

A instalação dos novos cursos não satisfez a comunidade local e regional. Peniche aspirava a poder ministrar na sua escola os cursos de formação previstos na reforma de 1948. Num longo relatório, as autoridades locais mostraram que a situação económica e social de Peniche justificava o alargamento da oferta de ensino e requeriam novamente autorização para que a escola pudesse ministrar vários cursos «abertos aos 2 sexos»: o Curso Geral de Comércio e os Cursos de Formação de Serralharia, Electricista e Carpintaria Naval⁷⁷. O relatório que fundamenta as pretensões das autoridades de Peniche, e enviado ao ministro da educação nacional, Fernando Andrade Pires de Lima, revela-se muito útil para penetrar no conhecimento da estrutura económica e social do concelho. Aí se consignava a persistência dos clássicos sectores de economia predominantes: a indústria da pesca, que ocupava

⁷⁴ AESP, Circular do Ministério da Educação Nacional, de 2-10-1950.

⁷⁵ Cf. *ob. Cit.*, p. 119.

⁷⁶ ALVES, Luís Alberto Marques – art. Cit., p. 68.

⁷⁷ AESP, Relatório da Câmara Municipal de Peniche, datado de 23-02-1952.

directamente 2 mil pessoas e outras 3 mil de forma indirecta, na «indústria e comércio subsequentes»; os transportes associados à pesca indústria, nomeadamente as embarcações marítimas (cerca de 170) e os transportes de pescado (50 camionetas), que ocupavam cerca de 600 operários, 500 dos quais sem especialização; a indústria de conservas, caracterizada pelas 8 fábricas de conservas e 2 de congelação, onde operavam cerca de 800 indivíduos sem especialização, 50 mecânicos e cerca de 20 empregados de escritório; e, finalmente, a indústria de construção naval, associada a 5 «grandes estaleiros que produzem anualmente embarcações, cuja capacidade total ascende a mais de 200 toneladas», e que ocupava cerca de 100 operários⁷⁸.

O quadro económico e social sucintamente traçado conforma-se com a crescente importância do porto de pescas de Peniche, considerado «o terceiro porto de pesca do País», e compagina-se com o investimento global que o regime aí fizera no sentido de dotar o país das infra-estruturas portuárias necessárias ao seu desenvolvimento industrial⁷⁹. O relatório camarário refere também que a indústria de construção naval de Peniche se destinava à indústria local, «mas também para quase todos os portos da costa portuguesa e ainda para as províncias ultramarinas, Espanha, Brasil, pela fama da sua já aperfeiçoada técnica de construção»⁸⁰.

Neste quadro económico justificava-se um maior investimento educativo por parte do Estado. As autoridades municipais lembravam no seu documento as carências formativas de profissões que exigiam alguns conhecimentos teóricos e um elevado nível de especialização. Ora entre os pescadores predominava o «analfabetismo», enquanto os serralheiros mecânicos e electricistas eram «simples práticos por lhes ter faltado uma escola própria onde tivessem recebido conhecimentos técnicos». Quanto aos trabalhadores ocupados na construção naval, esclarecia o relatório que «a sua técnica e risco que vão desde a elaboração dos projectos à sua inteira execução, são de

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Diário da Assembleia Nacional, sessão n.º 108, de 29-11-1952.

⁸⁰ AESP, Relatório da Câmara Municipal de Peniche, datado de 23-02-1952. Apesar dos dados, não se esqueça que o sector primário continuava a predominar no concelho de Peniche, ocupando 65 % da população activa, dividida entre a agricultura e pecuária (44,9 %) e a pesca (20,6%), enquanto os sectores secundário e terciário ocupavam respectivamente 18,1 % e 16,2% da população activa. Leia-se, a propósito, SILVA, Carlos da; ALARCÃO, Alberto; CARDOSO, António Poppe Lopes – *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

mera intuição, pois os seus conhecimentos são unicamente os que a prática e a experiência lhes tem fornecido»⁸¹.

Por outro lado, a fundamentação não podia esquecer as estatísticas sobre a população escolar recenseada em idade escolar: das 1995 crianças matriculadas no concelho, 1097 eram rapazes, ou seja, 54,9% da sua população escolar carecia de ofertas formativas na escola técnica da sua área de residência. A estes dados acresciam informes relativos às crianças que tinham realizado exames de 1.º grau (278) e 2.º grau (144) do ensino primário, constituídos por 243 rapazes, isto é, 57,7% do total de examinados. O relatório fora elaborado pelas autoridades camarárias, mas estampava as exigências e os anseios das forças vivas do concelho, como a União Nacional, o Grémio do Comércio, o Grémio da Pesca da Sardinha, a Delegação do Sindicato Nacional dos Operários das Indústrias de Conservas e Ofícios Correlativos, a Capitania do Porto e a Delegação Escolar. Todos reclamavam que «para o desenvolvimento e progresso da indústria locais, que seja no mais breve espaço de tempo dado o acesso aos 2 sexos na escola industrial desta vila»⁸². Em Peniche, ao contrário do que acontecia noutras latitudes, onde o patronato cultivou o desdém e se alheou do ensino técnico, os empresários, para além dos órgãos políticos e corporativos, estavam então apostados em enriquecer o projecto educativo da sua localidade e responder às expectativas das populações⁸³.

O insucesso desta primeira investida não demoveu as diferentes entidades de Peniche, agora acompanhadas do município da Lourinhã e do governador civil de Leiria, que voltaram à carga em 1955. Nas palavras do seu director, Alberto Marta Louro, confinada aos cursos existentes, «a acção da escola estava, praticamente, reduzida a pouco mais que nada»⁸⁴. Foi por isso necessário desenhar um novo documento que estampava os dados demográficos desde 1948, comprovando assim o inegável crescimento da população escolar de Peniche e insistindo na pretérita reivindicação de ministrar o curso de Formação de Serralheiro e o Curso Geral de Comércio. A expectativa do seu director, o dinâmico Alberto Marta Louro,

⁸¹ AESP, Relatório da Câmara Municipal de Peniche, datado de 23-02-1952 (?).

⁸² *Ibidem*.

⁸³ Cf. Decreto n.º 37029, de 25-08-1948, Parte I. Sobre o assunto, leia-se GRÁCIO, Sérgio – *ob. Cit.*, p. 123 e ss.

⁸⁴ Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1954-55.

personalidade de grande estima local e especialista comprovado das questões relacionadas com o ensino técnico⁸⁵, alargara-se entretanto para outras ofertas formativas, nomeadamente o Curso Complementar de Electricista e o Curso de Formação Feminina, este último a resultar da transformação dos cursos de formação de Costura e Bordados e de Rendas⁸⁶.

A fundamentação exposta por esta renovada frente de pressão política voltaria a estribar o essencial da sua argumentação na expansão da economia marítima de Peniche, que se desenvolvera em torno de três eixos, pesca, comércio e turismo, a exigir mão-de-obra especializada. As indicações sobre a actividade turística na região constituem novidade e indiciam já a existência de um fluxo «intenso» de turistas entre Peniche e as Berlengas, a justificar o ensino das línguas estrangeiras: «A leccionação das línguas vivas é altamente conveniente numa importante região turística, como a que deverá ser servida por esta Escola, pois, apesar deste seu valor económico e turístico, a maioria da sua população, não tem possibilidade de aumentar os seus conhecimentos literários e científicos, por falta de um adequado estabelecimento de ensino»⁸⁷.

Desta vez, as autoridades regionais não se limitaram a uma exposição enviada ao ministério que tutelava o sector. Organizaram também uma comissão, presidida pelo governador civil de Leiria, que se dirigiu ao ministério de Pires de Lima, no dia 14 de Abril de 1955, a quem António da Conceição Bento entregou as suas reivindicações, que incluíam já a construção de um novo edifício a integrar no plano geral das construções para o ensino técnico⁸⁸. É que o novo edifício dava já sinais de saturação. Foi também enviada uma «exposição» ao presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que respondeu que o assunto fora enviado à Junta Nacional de Educação, mas cuja apreciação genérica parecia desaconselhar a ampliação dos cursos existentes devido à falta de professores⁸⁹. O relatório enviado à Junta Nacional de Educação traçava de novo as condições socioeconómicas e demográficas de Peniche, acentuando a

⁸⁵ A sua bibliografia inclui sobretudo obras sobre contabilidade geral e empresarial, tendo publicado também, em 1959, uma obra intitulada *Economia Industrial*. Participou no 2.º Congresso da Indústria e no 1.º Congresso do Ensino Técnico-Profissional, em 1958.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ AESP, Documento datado de 9-05-1955.

⁸⁸ Cf. *Diário da Manhã*, 15-04-1955.

⁸⁹ AMP, Documento da Presidência do Conselho, de 31-05-1955.

existência de 451 embarcações (sendo 174 de propulsão mecânica) e 441 unidades comerciais, para além de toda a actividade económica ligado ao turismo. No quadro demográfico era evidente a existência de um forte contingente populacional em Peniche e Lourinhã que justificava a expansão da oferta formativa da escola: Peniche aproximava-se dos 20 mil habitantes e a Lourinhã tinha 3979 jovens em idade escolar, entre os 10 e os 20 anos. Como remate, os petiçãoários lembraram a escassa oferta protagonizada pela instituição de ensino, que interessou apenas 92 (29,1%) dos 316 alunos que no ano de 1953-54 se encontravam matriculados na 4.ª classe.⁹⁰

A Junta enviou também um delegado a Peniche que viria a constatar *in loco* as carências de formação dos seus operários: «De facto, um inquérito que fizemos na vila, não conseguimos descobrir um único que, por exemplo, soubesse fazer, com consciência, as ligações mais simples de dois fios condutores. E é preciso notar-se que muitos dos barcos se encontram já apetrechados com aparelhagem eléctrica complicada, como sondas, aparelhos de rádio, etc.»⁹¹. Na posse de todos os dados, a Junta Nacional de Educação redigiu um parecer que era altamente favorável às pretensões de Peniche e superou mesmo as expectativas, sugerindo a criação do curso de Motorista Marítimo, para o qual elaborou uma proposta de currículo⁹².

Apesar do parecer favorável, o governo, por despacho de 8 de Junho, criou o Curso de Formação de Serralheiro e «determinou se aguarde oportunidade para a criação do segundo»⁹³, o que «causou geral desapontamento em Peniche». A inusitada decisão teve como consequência imediata a diminuição drástica de inscrições no Curso Complementar de Aprendizagem de Comércio, afectando o seu funcionamento pleno no ano lectivo seguinte⁹⁴. O curso de Formação de Serralheiro, com a duração de 3 anos, iniciou no ano lectivo de 1955-56 com 17 alunos e contou no currículo com as disciplinas de Português, Matemática, Física e Química, Desenhos Profissionais, Oficinas e Religião e Moral⁹⁵. No plano dos recursos didácticos, a Câmara Municipal

⁹⁰ AESP, Cópia do Relatório e Parecer da Junta Nacional de Educação, de 25-05-1955.

⁹¹ *Ibidem*

⁹² *Ibidem*.

⁹³ AMP, Of.º nº 223 da Escola Industrial e Comercial de Peniche, de 22-06-1955.

⁹⁴ Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1954-55.

⁹⁵ AESP, Livro de Estatísticas, ao lectivo de 1955/56.

dotou a escola com a maquinaria e os instrumentos necessários, nomeadamente um torno, um limador e uma fresadora⁹⁶.

Um dos pontos nodais da reforma de 1948 residia na construção de novos edifícios, mas a sua execução carecia de recursos financeiros que só em 1950 permitiram o arranque do tão ansiado programa de edificações. Entretanto, o 1.º Plano de Fomento (1953-1958) previa a construção de 33 escolas e foi-lhe atribuído uma dotação de 215 mil contos, mas seria alargado em 1955 para mais 13 escolas e a sua dotação reforçada com 118 mil contos⁹⁷. Das 46 escolas técnicas previstas, 17 foram concluídas até 1957 e 11 em 1958, num total de 28 escolas⁹⁸. Em 15 anos, a Junta Nacional de Construções edificou 64 escolas, na maioria apetrechadas com laboratórios e máquinas modernas exigidas pelos novos cursos⁹⁹.

Em Peniche, foi a ambição de António da Conceição Bento, que a 30 de Abril de 1955 foi recebido pelo marquês de Abrantes, responsável da Junta de Construções¹⁰⁰, quem garantiu que o concelho fosse incluído no programa nacional de construções do Plano de Fomento. A criação do Ciclo Preparatório revelou a incapacidade do novo edifício para se expandir e albergar o novo contingente de alunos, com o início do 2.º ano do Ciclo. A atribuição de novos cursos e o crescimento da população escolar a frequentar a escola primária terão influído na decisão do governo de construir em Peniche uma escola técnica. O concurso público para o novo edifício foi lançado em Agosto de 1956, com um orçamento inicial de 6900 contos, e contou com a intervenção do arquitecto Tabela de Sousa e do engenheiro Ribeiro de Matos. O projecto de construção aproveitou e adaptou as instalações do edifício anterior da fábrica «La Paloma», que fora adquirido pela Câmara Municipal em 1953, e foi considerado pela imprensa «um dos de mais feliz concepção neste género de estabelecimento de ensino»¹⁰¹.

A inauguração do edifício teve lugar a 13 de Dezembro de 1959 num contexto político que não pode ser ignorado, com a presença do ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira, e do Sub-secretário de Estado da Educação Nacional,

⁹⁶ AESP, Of.º n.º 239, do Director da Escola Industrial e Comercial de Peniche, de 5-07-1955.

⁹⁷ Cf. *Diário da Assembleia Nacional*, sessão n.º 46, de 8-10-1958.

⁹⁸ Cf. GRÁCIO, Sérgio – *ob. Cit.*, p. 117-118.

⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁰ Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1954-55.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*, 6-09-1956.

Baltazar Rebelo Sousa. O acto solene foi concertado com a inauguração de um conjunto de edificações e melhoramentos materiais que ocorreram no mesmo dia: vários edifícios do ensino primário, inscritos no Plano dos Centenários¹⁰², a electrificação das povoações de Ferrel, Casais Brancos e Geraldês e duas novas avenidas, baptizadas como Avenida Dr. Oliveira Salazar e Engenheiro José Frederico Ulrich, antigo ministro das Obras Públicas, num total de 90 mil contos de investimento público¹⁰³. O necessário enquadramento ideológico ficara estabelecido em reunião de câmara, onde António da Conceição Bento, também presidente da concelhia da União Nacional, decidira propor a honra toponímica às duas figuras do regime: «Considerando que Peniche, independentemente dos benefícios de ordem geral que tem vindo a usufruir, deve ao governo de Salazar importantes melhoramentos, dos quais se destacam as obras do Porto de Pesca e o edifício da Escola Industrial e Comercial, melhoramentos estes que, pela sua projecção na melhoria das condições de vida da população do concelho serão, para todos nós, marcos imorredoiros da prodigiosa obra do Grande Estadista; tenho a honra de propor que o arruamento que, partindo da entrada da vila vai até ao começo das ruas Alexandre Herculano e D. Luís de Ataíde, até agora conhecida como Ramal da Ajuda e a outra por estrada da Ajuda, passe a denominar-se Avenida Doutor António de Oliveira Salazar»¹⁰⁴. Na Assembleia Nacional, um dia depois, o deputado pelo círculo de Leiria, Vítor Galo, referiu-se à jornada fomentadora enaltecendo a obra pública e reiterando a «gratidão ao governo de Salazar» das gentes do concelho de Peniche¹⁰⁵.

A inauguração da nova escola técnica, tendo já como directora Rolanda Barros Rodrigues dos Santos, preludiava uma nova fase na Escola Industrial e Comercial de Peniche, que já não será objecto deste estudo. A partir do ano lectivo de 1959-60, a instituição passou a ministrar, para além dos cursos existentes, três novas ofertas formativas: os cursos de Motorista Marítimo e Formação Feminina, que substituíam Costura e Bordados, e começou com 28 alunas; e o curso de Serralheiro em Regime de Aperfeiçoamento, com 11 alunos. A estes acrescentava-se o Ciclo Preparatório, com

¹⁰² Foram inaugurados os edifícios de Ferrel, Geraldês, Estrada, Bufarda, Casais Brancos, Casais de Mestre Mendo, Reinaldes, Casal da Vala e Bolhos.

¹⁰³ *Diário da Assembleia Nacional*, sessão de 15-12-1959.

¹⁰⁴ ACMP, Acta n.º 25, de 23-11-1959.

¹⁰⁵ *Diário da Assembleia Nacional*, sessão de 15-12-1959.

174 alunos, e o curso de Serralheiro, com 50, num total de 263 matriculados em Setembro¹⁰⁶.

A formação feminina virava-se agora para outras áreas como a economia doméstica, colocando fim a uma época marcada pelo predomínio do tradicional ensino das rendas. Na verdade, há muito que a direcção da escola procurava soluções que garantissem o futuro do ensino das rendas no quadro da reforma de 1948. Em 1955, Alberto Marta Louro apresentou ao ministério a sua solução para evitar o desaparecimento de um património que condenava a qualidade das rendas de Peniche, já em clara decadência. A funcionar ao abrigo do Decreto n.º 20 420, de 1931, o curso de rendeiras tinha apenas 5 alunas em 1955-56 e tinha o desenlace marcado para o final do ano lectivo de 1956-57. O regime de oficinas, que era frequentado em regime de voluntariado e quase exclusivamente por alunas do ensino primário, também estiolava ante o desinteresse geral, porque as crianças furtavam-se às rendas quando obtinham o diploma de ensino primário. E mesmo este ensino elementar, que se ministrava a crianças de 8 e 9 anos, não garantia a qualidade técnica e artística das rendas, que no sector privado se viam sob o jugo do lucro fácil. O director da escola entendia que a solução passava por transformar o curso de Rendeiras num curso de Formação no quadro da reforma de 1948, criando um plano de estudos, programas e equivalências que o tornassem atractivo e que garantissem a qualidade da indústria de rendas. Mas a realidade é que o ensino das rendas haveria de desaparecer da escola técnica e com ele a existência de um corpo docente especializado que garantia a qualidade do produto, «quer sob o ponto de vista da concepção (desenhos e piques), quer na execução»¹⁰⁷.

É certo que no segundo lustro da década de 50 surgiram em Peniche novas possibilidades formativas para os dois sexos: o curso de Formação Feminina, com a duração de 4 anos, dava direito à requisição do exame de admissão às escolas do Magistério Primário e permitia às finalistas concorrer a mestras de bordados e dactilografia ou a professoras de economia doméstica; os cursos de Formação de Serralheiro e de Serralheiro em Regime de Aperfeiçoamento, este último com seis anos de duração em regime nocturno, abriam as portas a diversos cursos de

¹⁰⁶ AESP, of.º n.º 495, de 29-09-1959.

¹⁰⁷ Arquivo do Ministério da Educação, *Relatório do Director*, ano lectivo de 1954-55.

especialização e outras vias de progressão educativa e profissional, como a habilitação para mestres e contramestres ou o ingresso nas secções preparatórias para o Instituto Industrial¹⁰⁸. Parecia que, finalmente, a oferta educativa do ensino técnico criava em Peniche perspectivas de verdadeira mobilidade social. A pressão colocada pelo crescimento demográfico, com reflexos no aumento da população escolar, assim como a evolução da sua economia justificavam o alargamento e a natureza da oferta educativa da escola técnico-profissional de Peniche. Se o ensino técnico traduzia a resposta natural a uma economia que se industrializava e crescia no pós-guerra, ainda que menos do que se esperava¹⁰⁹, assumia também papel ideológico importante enquanto regulador social, porquanto desviava os alunos do ensino liceal. Esta análise da política educativa do Estado Novo enquanto tecnologia social foi já produzida por Sérgio Grácio, para quem a criação do ciclo preparatório correspondia ao desejo de não prolongar a escolaridade obrigatória¹¹⁰. A análise da frequência da escola durante a década de 50 permite observar algumas destas mudanças no projecto formativo da Escola Industrial e Comercial de Peniche.

Quadro 5: Frequência por cursos e género.

Ano	Ciclo Preparatório		Curso Formação Serralheiro		Curso Formação Complementar Aprendizagem Comércio		Curso Aperf. Serralheiro		Curso Formação Feminina	Costura e Bordados (20420)	Rendas (20420)	Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F				M	F	
1950-51										30	56		86	86
1951-52										29	63		92	92
1952-53					32	12				19	59	32	90	122
1953-54	30	12			39	15				13	69	69	109	178
1954-55	86	43			33	11				11	5	119	155	274
1955-56	82	52	17	7	20	7				6	5	119	119	238
1956-57	95	44	32	11	12	5				-	1	139	77	216
1957-58	77	42	41	12	3	2				-	-	121	56	177

¹⁰⁸ AESP, Documento de Promoção das ofertas formativas da escola, de acordo com um despacho de 22-06-1959.

¹⁰⁹ ROSAS, Fernando – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 7, p. 462.

¹¹⁰ Leia-se GRÁCIO, Sérgio – *Política Educativa como Tecnologia Social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

1959-60	99	75	50	-	-	-	11	28			160	103	263
Total	469	268	140	30	139	52	11	28	108	258	759	887	1646

Fonte: Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1956-57; AESP, of.º n.º 495, de 29-09-1959. Faltam os dados de 1958-59.

Apesar de não incluir os dados de frequência da oficina anexa de rendas, que em 1957 contava apenas com 16 alunas, torna-se evidente que a reforma de 1948 e seus avatares traduziu uma ruptura com as opções de política educativa em Peniche. Em primeiro lugar, porque recuperou a frequência masculina, que passaria então a sobrepor-se à frequência feminina. A tendência vinha já de anos anteriores, mas no ano lectivo de 1959-60 acentuou-se: dos 263 alunos matriculados, 160 eram rapazes¹¹¹. Por outro lado, a evolução dos números é esclarecedora em relação a outras questões de política educativa. Em primeiro lugar, o predomínio evidente do Ciclo Preparatório, que entre 1953, quando se iniciou, e 1960, contou com 737 inscrições, cerca de metade das inscrições da escola. Parece assim confirmar-se o seu papel no sistema educativo do Estado Novo, de alternativa ao prolongamento da escolaridade obrigatória, que surgiria apenas em 1964¹¹². Em segundo lugar, revelava-se essa realidade sempre candente relacionada com as baixas taxas de produtividade, indiciando um ensino macerado pelo insucesso, realidade que as estatísticas do passado não iludiam. Entre 1931 e 1943, na vigência do plano de estudos do decreto n.º 20 420, de 20-10-1931, a Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos produziu um total de 39 diplomados: 19 de Costura e Bordados e 20 de Rendeira¹¹³. O problema não era aliás exclusivo de Peniche, parecia uma dificuldade específica do ensino técnico¹¹⁴. O quadro seis resume a evolução dos diplomados entre 1954 e 1957:

¹¹¹ AESP, of.º n.º 495, de 29-09-1959. A oficina anexa de rendas era frequentada maioritariamente por crianças da escola primária que só se matriculavam a 1 de Outubro.

¹¹² Cf. RODRIGUES, António, MARTINHO, António – art. Cit., p. 203.

¹¹³ Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico, Separata do Volume I de *Escolas Técnicas*, Boletim da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, Lisboa, 1947, Mapa n.º 3.

¹¹⁴ Arquivo do Ministério da Educação, *Relatório do Director*, ano lectivo de 1956-57. O problema constituiu a base da conferência apresentada por Alberto Marta Louro no Congresso da Indústria. Cf. *Comunicações apresentadas ao 2.º Congresso da Indústria Portuguesa*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Nacional, 1957.

Quadro 6: Alunos diplomados na Escola Industrial e Comercial de Peniche

	1954	1955	1956	1957
Rendas	3	-	4	1
Costura e Bordados	2	5	6	-
C. Comp. de A. Comércio	-	2	4	3
Total	5	7	14	4

Fonte: Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1956-57.

É certo que estes dados não incluem os novos cursos de formação e o Ciclo Preparatório, que no final de 1955 produziu os primeiros 40 diplomados. Como explicar esse drama que afinal atravessa o sistema educativo em épocas tão diferentes? Os relatórios do director Alberto Marta Louro, que dirigiu a instituição entre 1953 e 1958, são uma fonte imprescindível para penetrar essa realidade educativa. Mas eles dão-nos uma visão mais global da instituição, desde as questões organizacionais, curriculares e pedagógicas às grandes questões de política educativa. Revelam ainda a capacidade crítica do director para analisar a missão do ensino técnico numa localidade de periferia e entender os constrangimentos imanentes. A sua leitura está porventura contaminada por um acendrado pessimismo face à missão que enuncia para a escola técnica, pois Alberto Louro entendia que lhe «devia caber o papel de orientadora intelectual e educativa da população de Peniche»¹¹⁵. Essa missão, que já não assumia uma dimensão meramente formativa ou instrutiva, visava a educação plena do indivíduo, conquanto inserido numa determinada realidade sociológica que se pretendia preservar com poucas alterações. Grandes obstáculos se erguiam a essa missão educativa da Escola de Peniche. Num meio sociocultural que apresentava grandes carências, era sobretudo necessário lutar contra resistências tenazes: «dos agregados familiares (dum meio marítimo, por sua natureza hostil aos mais elementares processos educativos), dos encarregados de educação (cuja influência deseducativa é bastante superior aos reduzidos meios, postos à disposição da Escola)»¹¹⁶.

¹¹⁵ Arquivo do Ministério da Educação, *Relatório do Director*, ano lectivo de 1954-55.

¹¹⁶ *Ibidem*, ano lectivo de 1956-57.

No plano interno, as dificuldades não eram menores. O director queixava-se da falta de qualidade do pessoal docente, especialmente dos «professores provisórios» a quem «deviam ser exigidas certas qualidades morais, didácticas, de experiência de ensino e conduta, etc., praticamente inexistentes na sua maior parte, ou incompletas em muitos casos»¹¹⁷. Alberto Marta Louro lamentava que a periferia de Peniche não atraísse docentes de alta qualificação intelectual, interessando apenas «pessoal menos qualificado», e questionava mesmo o modelo de formação dos docentes: «Ausência quase absoluta de adequada preparação pedagógica, não só pela falta de estágio, mas ainda por não terem as cadeiras da Secção de Ciências Pedagógicas as quais, na maioria dos casos, são obtidas mediante preparação feita uns dias (ou horas) antes dos respectivos exames e em regime de frequência um tanto ad hoc»¹¹⁸.

Esta ausência putativa de preparação intelectual e pedagógica adequada ao ensino técnico adivinhava-se nas metodologias de ensino praticadas pelos docentes. Apesar de longas, vale a pena transcrever as reflexões que Alberto Louro produziu sobre tão lancinante tópico: «Nestas circunstâncias, os professores que se apresentam ao serviço são pessoas recentemente formadas (e com baixas classificações no seu curso) além de pouco experientes. Habitados aos métodos do ensino superior, absolutamente inadaptáveis ao Ensino Técnico de feição preponderantemente experimental e educativa, limitam-se, quase exclusivamente, à repetição das anacrónicas “sebentas”, tomando o ar de imponência catedrática, sem se aperceberem das ainda reduzidas faculdades de percepção dos nossos alunos. Os repetidos exercícios, sem qualquer finalidade, as constantes “chamadas”, que só servem para aterrorizar a criança, aliados aos frequentes desejos de notas de mau comportamento, como de imediato resulta da falta de atenção a lições tão “magistrais”, são outros tantos inconvenientes a acrescentar às más classificações que se pretendem dar aos alunos nos fins dos períodos, as quais, em última análise deveriam, sim, ser atribuídas, mas ao professor»¹¹⁹.

Vale a pena lembrar que a Escola Industrial e Comercial de Peniche contava em 1955 com 10 professores e 5 mestres. Esse número alargou-se para 14 professores, 4

¹¹⁷ *Ibidem*, ano lectivo de 1954-55. No relatório de 1956-57 reiterava: «do pessoal docente (a maior parte do qual com nítida falta de preparação pedagógica e, por vezes, até profissional)».

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*.

mestres e 1 contramestre em 1958, sendo que a maioria do corpo docente era constituído por mulheres (13 professoras), 2 efectivas e as restantes provisórias¹²⁰. Fica assim claro que as observações acintosas que Alberto Marta Louro produziu nos seus relatórios de 1955 e 1957 aludiam à quase totalidade do corpo docente, que acusava de não ser modelo de virtude para os alunos. Na impossibilidade de considerar dimensões não mensuráveis, procurámos alguns dados quantitativos que confirmassem, ao nível dos resultados, o diagnóstico áspero e contundente do director. No ano de 1955, dos 134 alunos do Ciclo Preparatório, 13 (9,7%) abandonaram a escola por ausência e 86 (64, 1%) tiveram sucesso a todas as disciplinas dos dois anos do curso. Restam portanto 48 alunos (35,9 %) com insucesso ou sucesso parcial a algumas disciplinas. Se juntarmos os 13 alunos que abandonaram, ficamos com uma taxa de 45,6% de insucesso relativo. No curso de Formação de Serralheiro, então no primeiro ano, a situação era de facto mais grave: dos 17 alunos inscritos, apenas 8 (47%) concluíram com sucesso todas as disciplinas do primeiro ano do curso, enquanto 2 abandonaram (11,7%) e 7 (53%) concluíram algumas disciplinas. Na ausência de dados mais conclusivos, resta pois a estatística dos diplomados a confirmar a justeza da objurgatória de Alberto Marta Louro, que apontava um «desfasamento entre os objectivos a atingir» e os «resultados obtidos com directa consequência da acção pessoal do seu docente»¹²¹.

O programa pedagógico cerzido por Alberto Marta Louro confirma a evolução das concepções pedagógicas no ensino técnico, apostadas em superar as limitações da formação orientada para a especialização profissional, o «adestramento para as actividades económicas». Este entendia que a escola devia, para além de formar, educar, assegurando a «cultura e a alimentação do espírito», e socializar, preparando as crianças para um mundo complexo e em permanente mutação, dentro de um quadro axiológico pré-determinado. Em certa medida, esboçavam-se já as teorias do capital humano com que se prescreve o desenvolvimento global das capacidades e competências dos indivíduos, condição indispensável à assunção da educação como factor de produtividade e de progresso¹²². Os factores económicos da educação e a

¹²⁰ AESP, Livros de Estatísticas.

¹²¹ Arquivo do Ministério da Educação, Relatório do Director, ano lectivo de 1954-55.

¹²² *Ibidem*, especialmente p. 8-12.

gestão do ensino dentro de parâmetros de racionalidade económica e financeira começavam também a emergir. Para Alberto Marta Louro, as políticas educativas do Estado teriam em breve que debater-se com «o custo de cada aluno diplomado, produtividade, organização e divisão do trabalho, rendabilidade [sic], medida de eficiência, etc.»¹²³.

¹²³ *Ibidem.*

Conclusão

No final desta demanda investigativa, necessariamente exploratória e preambular, parece irrepreensível que o predomínio da indústria tradicional de rendas sobredeterminou os projectos formativos definidos para Peniche. E se foi responsável pela criação de uma escola técnica, também travou a evolução do ensino técnico-profissional em Peniche, estabelecendo os termos de uma realidade sociológica macerada por insofismáveis atrasos estruturais. A reforma de 1948 tende a confirmar a correlação entre o desenvolvimento económico e demográfico e a expansão da rede de escolas técnico-profissionais em Portugal. No caso de Peniche, porém, as mudanças no modelo educativo só aconteceram devido à pressão perseverante das elites locais, que confrontaram a autoridade indómita do regime político com as exigências de nova realidade económica e social. Enquanto serviu de travejamento ao projecto educativo da escola, o ensino feminino garantiu, apesar de períodos conturbados, a qualidade técnica e estilística das rendas de Peniche, é certo que no quadro de planos de estudo de nível elementar. Por outro lado, confirma-se uma mudança nas concepções pedagógicas entre o século XIX e o século XX, em que o Estado assumiu maior protagonismo na definição de políticas educativas e em que as exigências colocadas às instituições educativas se tornaram mais complexas. Só a continuação deste estudo, estendendo a análise do objecto para as décadas seguintes, permitirá avaliar as transformações ocorridas no projecto formativo da Escola Industrial e Comercial e examinar com minúcia as suas implicações no próprio tecido social e económico de Peniche.

Fontes e Bibliografia

Arquivo

Arquivo da Escola Secundária de Peniche.
Arquivo do Ministério da Educação.
Arquivo da Câmara Municipal de Peniche.
IAN/TT, Correspondência da Escola de Desenho Industrial de Peniche.

Periódicos

Diário da Assembleia Nacional, 1952, 1958 e 1959.
Diário do Governo.
Diário da Manhã (Lisboa), 1955.
Diário de Notícias (Lisboa), 1956.
O Mensageiro (Leiria), 1953.

Fontes impressas

BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatorio sobre as escolas industriaes e de desenho industrial da circumscrição sul. Anos lectivos de 1886-1887 (segunda parte) e 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatorio sobre as escolas industriaes e de desenho industrial da circumscrição sul. Ano lectivo de 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

BENAVIDES, Francisco da Fonseca – *Relatorios sobre as escolas industriaes e de desenho industrial da circumscrição do Sul. Anos lectivos de 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Escola Industrial D. Maria Pia. Programma Provisório. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

FIGUEIRA, Pedro Cervantes de Carvalho – *A Industria de Peniche*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

INE, *Anuário Estatístico de 1897 a 1959*.

INE, *Censos da População de 1930, 1940 e 1960*.

INE, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*.

Manual de Legislação para as Escolas Técnicas Elementares. Porto: 1926.

Ensino Técnico. Organização do ensino técnico profissional (dec. nº 2040, de 21 Outubro 1931). Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.

Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico, Separata do Volume I de *Escolas Técnicas*, Boletim da Direção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, Lisboa, 1947.

ORTIGÃO, Ramalho – *Farpas Escolhidas*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia, 1991.

PROENÇA, Carlos – «A Escola Industrial e Comercial de Peniche». Lisboa: Separata do Boletim *Escolas Técnicas*, n.º 15, 1953.

Regulamento das Escolas Industriaes e de Desenho Industrial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

Bibliografia

ALVES, Luís Alberto Marques – «Ensino Técnico. Uma filosofia específica para uma dinâmica diferente». In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2006, n.º 6, pp. 57-75.

BERNARDO, Hernâni de Barros, *Repercussão das actividades económicas na geografia humana do concelho de Peniche*. Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1943.

CALADO, Mariano – *História da Renda de Bilros de Peniche*. Peniche: Edição do Autor, 2003.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Escolas Industriais e Comerciais criadas no século XIX*. Coimbra: Departamento de Psicologia e de Ciências das Educação, 1978.

GRÁCIO, Sérgio – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910-1940*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GRÁCIO, Sérgio – *Política Educativa como Tecnologia Social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

PARDAL, Luís, VENTURA, Alexandre, DIAS, Carlos – *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. S. Paulo: 1999.

PINTO, Maria Teresa Valente – *O Ensino Técnico Industrial Feminino em Finais do Século XIX: A Escola Damião de Goes em Alenquer*. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

RODRIGUES, Carlos Farinha - «Planos de Fomento». In ROSAS, Rosas e BRITO, J.M. Brandão de – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, vol. II, p. 739-742.

RODRIGUES, António Augusto Simões e MARTINHO, António Manuel Matoso – «O Ensino Técnico. Um difícil equilíbrio entre a filosofia educativa, o conservadorismo e a dinâmica económica». In: *Estudos do Século XX*, Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, n.º 8, p. 187-207.

ROSAS, Fernando - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.

SILVA, Carlos da; ALARCÃO, Alberto; CARDOSO, António Poppe Lopes – *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

Índice

1. Introdução
2. Antecedentes: sob o signo das indústrias tradicionais
3. O Estado Novo e a mudança de paradigma
4. Resumo
5. Bibliografia